

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

### TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS** E O **MUNICÍPIO DE ARCOS**

Pelo presente Instrumento, o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, Órgão do Poder Judiciário da União, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede na Av. Prudente de Moraes, nº 100, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, doravante denominado **TREMG**, neste ato representado pela Exma. Juíza Eleitoral de Arcos/MG, Doutora Marina de Alcântara Sena, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º, da Portaria nº 58/16 da Presidência deste Tribunal, de 05/04/2016, e do outro lado o **MUNICÍPIO DE ARCOS**, inscrito no CNPJ sob nº 18.306.662/0001-50, com sede em Arcos/MG, na Avenida Getúlio Vargas, nº 228, Bairro Centro, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Denílson Francisco Teixeira, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Mútua, nos termos da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

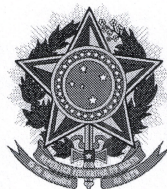
O presente instrumento visa à cooperação técnico-administrativa a ser prestada pelo **MUNICÍPIO** ao **TREMG**, em atividades inerentes à realização do cadastramento biométrico.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA COOPERAÇÃO**

O **MUNICÍPIO** arcará com as seguintes obrigações, nas atividades intrínsecas ao cadastramento biométrico, de acordo com a requisição do(a) Juiz(a) Eleitoral:

I. Ceder até 02(dois) servidores contratados para apoiar os representantes do **TREMG**, exclusivamente no período do cadastramento biométrico. Fica convencionado entre as partes que ocorrerá, inicialmente, a cessão de apenas 01(um) servidor. Ressalte-se que o outro servidor a ser cedido a esta serventia iniciará suas atividades neste cartório após a prévia e expressa solicitação deste juízo;

II. Divulgar o Cadastramento Biométrico do eleitorado em todo o Município após prévia e expressa solicitação deste juízo.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

**Parágrafo Único:** Em relação à cessão de recursos humanos, deverão ser observados os requisitos dispostos na Portaria Conjunta nº 230 PRE/CRE do **TREMG**.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

A vigência deste Termo de Cooperação inicia-se na data de sua assinatura e encerra-se em 31 de dezembro de 2020.

### CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

Faculta-se a qualquer dos partícipes, a seu exclusivo critério e a salvo de qualquer multa ou sanção, dar por findo o presente Termo a qualquer momento, devendo apenas o partícipe interessado notificar por escrito o outro de sua intenção, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Único:** Na hipótese de rescisão deste instrumento, as partes se obrigam a cumprir todos os compromissos e obrigações pendentes ao tempo da rescisão assumidas neste Termo.

### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

A celebração do presente Termo de Cooperação não acarreta despesas diretas aos partícipes, salvo aquelas decorrentes do cumprimento das obrigações estabelecidas na Cláusula Segunda.

### CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

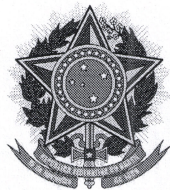
Caberá ao **MUNICÍPIO** proceder à publicação do extrato do presente Termo no Diário Oficial do Município, no prazo estabelecido no parágrafo único, do art. 61 da Lei n.º 8.666/93, encaminhando uma cópia da referida publicação ao **TREMG**.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo de Cooperação é celebrado com fundamento no art. 116 da Lei n.º 8.666/93, na Resolução do TSE nº 23.440/2015 e na Portaria Conjunta -PRE/CRE n.º 230/2015.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

*(Handwritten signatures and initials)*



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

I - Os partícipes poderão, a qualquer tempo e de comum acordo, modificar este instrumento através de Termo Aditivo, mediante prévia e expressa comunicação, observando-se a forma e o modo legais.

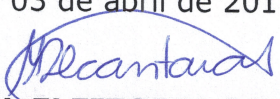
II - Para acompanhar o desenvolvimento do presente instrumento, o **MUNICÍPIO** e o **TREMG** indicarão seus representantes, ficando acordado que todas as comunicações entre os signatários deverão ser formalmente encaminhadas aos representantes indicados.

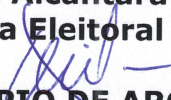
### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Por força do disposto no art. 109, inciso I da Constituição Federal e no art. 55, §2º da Lei 8.666/93 c/c o art. 116 do mesmo diploma legal, o foro da Seção Judiciária Federal da Comarca de Belo Horizonte, será o competente para dirimir dúvidas e/ou questões resultantes de interpretações e/ou execução do presente instrumento, que eventualmente não forem resolvidas em âmbito administrativo.

E, por estarem ajustados e acordados, os partícipes assinam o presente Termo em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Arcos, 03 de abril de 2017.

  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**Marina de Alcântara Sena**  
**Juíza Eleitoral**

  
**MUNICÍPIO DE ARCOS**  
**Denilson Francisco Teixeira**  
**Prefeito(a)**

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_